

## **O TEMA DAS FONTES E OBJETOS NO CONTEXTO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Bárbara Valente de Deus Duarte  
Orientando  
Projeto de Iniciação Científica –UEM  
Moacir José da Silva, orientador

Esta pesquisa do campo das teorias da história visa relacionar a escolha e a interpretação das fontes com os seus referenciais metodológicos. Trata-se então de um exame da vertente da escola austríaca de história, focalizando alguns dos seus principais expoentes teóricos, os seus elementos metodológicos de análise, o nexos existente entre eles e o tratamento teórico dado às fontes de pesquisa. Seguindo o referencial convencional para estudos do tipo essencialmente qualitativo, esse trabalho se dividiu em duas fases, sendo a primeira focada substancialmente na análise e interpretação de cada uma dos autores e a segunda uma ponderação, averiguando o modo como propõem o uso das fontes de pesquisa. Conclui-se que os Austríacos oferecem uma abordagem priorizando a história das ideias. Esta seria para eles a fonte essencial para entender as conexões entre as relações de indivíduos e instituições no contexto do individualismo metodológico subjetivista.

**Palavras-chave:** Teorias da História; Historiografia; Fontes de Pesquisa.

### **Introdução**

Objeto de recorrentes debates historiográficos, congressos e revistas nacionais e internacionais, o campo das Teorias da História tem se destacado dentre as mais relevantes áreas de conhecimento em ciências humanas. O recorte desta pesquisa recaiu sobre a Escola Austríaca da História, especialmente por se tratar de uma vertente interpretativa nova e que proporciona um entendimento aprofundado do nexos entre metodologia e fonte de pesquisa. Seguindo o referencial convencional para análises do tipo essencialmente qualitativo, ou seja, que se refere à natureza e a estrutura do objeto, trata-se de um estudo bibliográfico focado em aspectos essenciais da metodologia sobre o modo como se dá a continuidade do processo histórico. O enfoque recairá sobre uma escola excepcionalmente nova e ainda pouco estudada na área de pensamento dos estudos históricos, mas bastante revista por outras áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

### **Objetivo**

O objetivo geral deste foi contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos no campo de Teorias da História. Também propositou-se caracterizar categorias, conceitos e supostos essenciais de interpretação do processo histórico no contexto teórico da Escola Austríaca. Analisa-se, por fim, a metodologia investigada focalizando nela a utilização das fontes da pesquisa histórica.

## Resultados e discussão

O famoso economista e filósofo Ludwig von Mises (1995, 2007), um dos ícones da escola austríaca, discute em suas obras *Theory and History* e em *Ação Humana: um tratado da economia*, uma forma mais eficiente de ler e compreender a história e os objetos históricos das ciências sociais. Uma de suas principais características é anunciar o estudo da ação humana propositada, o que chamamos de economia – uma ciência que emana da praxeologia, e dos registros das ações individuais passadas, ou seja, da história. “História é o conjunto e a arrumação sistemática de todos os dados relativos à experiência da ação humana.” (Mises, 1995, p. 57). Para entender melhor a praxeologia devemos considerar que para o autor uma ação humana é aquela que leva um comportamento com intenção de se atingir um fim dado.

Nenhuma ação pode ser bem-sucedida se não for guiada por uma compreensão verdadeira – no sentido de pragmatismo – daquilo que é comumente chamado de relação de causa e efeito. A categoria fundamental da ação, a saber, meios e fins, pressupõe a categoria de causa e efeito. (Mises, 1995, p.79).

Tudo que é ciência, então, deve ser abordado através de uma visão dualística, ou seja, deve-se sempre ser levar em consideração o fato de que os seres humanos não sabem como alguns fatores de características externas, como as psicológicas, químicas e/ou físicas, afetam nosso discernimento, idealizações e julgamentos de valor. Por essa imperícia, divide-se, então, o conhecimento em dois campos diferenciados: o campo dos eventos externos, também chamado de natureza, e os eventos do domínio do pensamento e da ação humana.

Para Mises, a maior e mais clara diferença entre o que chamamos de natureza e o que chamamos de ações humanas é a presença ou ausência de regularidade. “(...) A experiência com a qual as ciências da ação humana têm de lidar é sempre uma experiência de fenômenos complexos. No que diz respeito à ação humana, não se pode realizar experiência em laboratório.” (Mises, 1995, pg. 58). Nas ciências naturais quando um mesmo objeto recebe um estímulo análogo, ele impreterivelmente responderá da mesma maneira. Já os homens tendem a agir de maneira plural a estímulos iguais, mais ainda, o autor afirma que o mesmo homem em localizações temporais diferentes tende a agir de maneira desigual, não seguindo nenhum padrão e sendo impossível agrupá-lo levando em consideração apenas as suas reações.

As ciências naturais também lidam com eventos passados. Toda experiência é uma experiência de algo que já se passou; não há experiência de acontecimentos futuros. Mas a experiência à qual as ciências naturais devem todo seu sucesso é aquela em que os elementos específicos que sofrem alteração podem ser observados isoladamente”. (MISES, 1995, p. 58)

Ele aponta também que todas as ações humanas possuem propósitos pré-determinados, ou seja, a intenção de atingir o desfecho que ele anteriormente escolheu. É através dessa afirmação que percebemos o quanto Ludwig von Mises deixa claro a sua oposição a todos os tipos de positivismo, comportamentalismo e panfiscalismo, já que esses, frequentemente, ignoram o fato de que o homem busca atingir seus fins definidos e tratam a metafísica como algo tolo e superficial.

Talvez a ciência natural alcance um dia uma posição que lhe permita descrever os eventos físicos, químicos e biológicos que, no corpo do homem Newton, produziram necessária e inevitavelmente a teoria da gravidade. Neste meio tempo, devemos nos contentar com o estudo da história das ideias como uma parte das ciências da ação humana. (Mises, 2007, p. 80)

O conhecimento humano é visto em *“Theory and History”*, outra importante obra austríaca, como algo subordinado pela mente humana e pela extensão que o homem - ou seja, o objeto - pode perceber as sensações humanas. Através disso, afirma-se que possivelmente ainda existam coisas que estão fora do nosso alcance de conhecimento, que não deixaram quaisquer vestígios capazes de penetrar no que ele chama de “esfera de ação” e modificar a nossa percepção. Mises considera também que a conjuntura observada hoje não necessariamente é eterna, podendo sofrer modificações durante a história do universo.

Conclui-se, então, que enquanto agremiações não humanas reagem seguindo padrões regulares, as ações humanas, ou seja, os homens agem pensando em uma meta. Para isso é escolhido um meio, sendo este não explicável pelas ciências naturais. Os meios, de acordo com Mises, são as escolhas feitas entre duas ou mais possíveis estratégias. Essas estratégias podem ou não ser compatíveis com as filosofias cristãs, e elas geralmente são julgadas e analisadas levando em consideração os efeitos produzidos. “A marca característica dos fins últimos é que eles dependem totalmente do julgamento pessoal e subjetivo de cada indivíduo, que não pode ser examinado, medido e muito menos corrigido por qualquer outra pessoa.” (Mises, 2007, p. 24).

É por essa razão que Ludwig von Mises (1995) em *“Ação Humana: um tratado de economia”*, considerado por muitos a grande obra prima do Austríaco, defende o liberalismo econômico em sua versão mais pura e com menos intervenção do estado, o chamado *laissez-faire*. Acredita-se que, de maneira geral, o mercado não é um “lugar” e sim um “processo”, nos quais os homens sempre buscam melhorar a sua situação de vida. Para o autor, ele é estabelecido através de cooperação mútua, ou seja, das suas ações racionais e conscientes, do interesse imediato do consumidor e da competição entre os produtores, que acabam fazendo com que o preço final fique sempre mínimo. Em *Ação Humana*, ele afirma que o crescimento e o progresso da sociedade humana só dependem de dois elementos, sendo o primeiro deles a capacidade intelectual do ser humano e o segundo a habilidade desses eruditos em tornar “(...) essas ideologias aceitáveis pela maioria” (Mises, 1995, p. 977).

Ludwig von Mises tentou construir uma teoria econômica explicando desde os princípios econômicos mais básicos, como a flutuação dos preços e a troca monetária, até as problemáticas mais complexas, como as várias formas de intervenção estatal. Para ele, tanto as ideias marxistas quanto as keynesianas, são baseadas em falsetas. Para os austríacos, os processos econômicos são vistos como de extrema importância e de responsabilidade de todos, pois nele estão em jogo não só o próprio destino como também o destino das futuras gerações.

Outro economista e professor que fez bastante para as áreas da psicologia, do direito e da política foi Frederich August von Hayek (1985) que em *“Direito, Legislação e Liberdade”*, afirma que os conjuntos de regras são tão antigos quanto qualquer sociedade, sendo o direito, então, muito anterior aos homens da antiguidade. Por outro lado, o que ele chama de legislação, ou seja, a criação de regras, a intromissão na vontade humana, fora algo bastante recente e definida por um grupo pequeno de pessoas. Esses dois tipos de coerção, tanto as normas espontâneas quanto as regras legisladas, devem coexistir. “(...) embora ordem espontânea e organização devam sempre coexistir, não é possível combinar esses dois princípios de ordem a nosso bel-prazer”. (HAYEK, 1985, p. 50). Propõe-se, então, que o Estado de Direito seja o “governo das leis”, ou seja, as leis devem cair sobre todos os membros da sociedade independente de posição social e não deve ser aberta a interpretações que possam ser iníquas. Leis devem ser imutáveis e claras.

Os termos “liberalismo” e “democracia”, também trabalhado com muito entusiasmo por Popper (1964) e Mises (2007), são representados por Hayek (1985) como parte de sua ligação direta com direito e legislação. Segundo o autor, o liberalismo está muito ligado à contenção de diminuição do poder público, enquanto democracia está ligada fundamentalmente a ideia de quem escolherá o responsável pelo poder público. “O que pretendi afirmar em *O Caminho da Servidão* certamente não foi que todo o afastamento, mesmo pequeno, daquilo que considero os princípios de uma sociedade livre nos arrastará inevitavelmente para um sistema totalitário” (HAYEK, 1985, p.65). Nota-se que a democracia é muitas vezes vista como falha porque influencia a união de grupos que se juntam para defender os seus próprios interesses, ou seja, se torna um sistema que tende a aumentar os poderes do governo e a favorecer grupos particulares, destruindo a liberdade individual.

Suas obras criticam claramente o que ele chama de “racionalismo construtivista”, no qual a ordem humana é completamente e extremamente racional e as instituições deverão servir apenas aos propósitos que já foram previamente estabelecidos. “(...) a propriedade característica do racionalismo construtivista é, antes, a de não aceitar a abstração – a de não reconhecer que os conceitos abstratos são um meio de fazer face à complexidade do concreto que a nossa mente não é capaz de dominar por inteiro”. (HAYEK, 1985, p.29). Segundo ele, há sempre a possibilidade de não se conhecer todos os fatores de uma ordem social, por isso a cooperação entre indivíduos permite que as informações principais sejam mais bem utilizadas e se encontre maior garantia de progresso e liberdade.

Assim, o racionalismo construtivista, em seu empenho por submeter tudo ao controle racional, em sua preferência pelo concreto e em sua

recusa a se submeter à disciplina de normas abstratas, acaba por andar lado a lado com o irracionalismo. A construção só é possível quando visa a fins específicos que, em última instância, serão necessariamente não-rationais; e nenhum argumento racional neles baseado pode levar à concordância se esta já não estiver presente desde o início. (HAYEK, 1985, p. 34)

Para Hayek, a visão cartesiana de que se deve atribuir grande autoridade e confiabilidade para fatos científicos devem ser criticada. É inapropriado pensarmos que a ciência se ocupada apenas do que o objeto é e não também do que ele poderia ser. Acredita-se, então, no que ele chama de *"learning from experience"*, ou seja, que grande parte do conhecimento adquirido pelo ser humano vem através de conhecimentos passados e de forma pouco organizada, que a mente do ser humano é consequência tanto de condições naturais quanto sociais, em que execução, propagação e aperfeiçoamento levam a melhores chances de um indivíduo sobreviver no grupo à qual pertence.

Aprender a partir da experiência, entre homens não menos que entre animais, não é um processo essencialmente de raciocínio, mas de observância, disseminação, transmissão e aperfeiçoamento de práticas que se impuseram porque deram bom resultado - em geral não porque propiciaram algum benefício identificável ao indivíduo que agia, mas porque aumentaram as possibilidades de sobrevivência do grupo a que este pertencias. (HAYEK, 1985, p.13)

Suas teorias, de maneira geral, também fazem uma grande defesa da liberdade individual. Vemos em *"O Caminho da Servidão"* uma análise que tende a desconstruir a visão negativa que temos a respeito de individualismo.

"Podemos dizer que o individualismo, que a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais." (HAYEK, 2010, p. 40)

Diz-se, então, que as características próprias são capazes de estimular positivamente os resultados. Sua crítica abrange, inclusive, os modelos de centralização política econômica até os regimes opressores totalitários, que, segundo Hayek, podem acabar sendo um empecilho na criatividade de cada sujeito indivíduo encontrar uma solução melhor para os seus próprios problemas.

"(...) embora possamos empenhar-nos em aperfeiçoar uma ordem espontânea pelo exame e retificação das normas gerais sobre as quais se fundamenta, e possamos suplementar seus resultados pelos esforços de várias organizações, não nos é possível

aperfeiçoar os resultados mediante determinações específicas que privem seus membros da possibilidade de usar seu conhecimento em função de seus propósitos." (HAYEK, 1985, p.53)

Em *"The Counter-revolution of Science"*, Hayek (1952) critica diretamente o cientificismo, ou seja, a corrente que afirma que o método mais eficaz de se investigar os objetos tanto da área natural quanto da área social é o método científico. Sua principal condenação pauta-se no fato de que ao priorizar os modelos matemáticos e das ciências naturais, os economistas ou estudiosos da área social poderiam acabar tratando o objeto de estudo, o ser humano, como algo influenciável e investigável, da mesma forma que um matemático trata as suas equações ou um químico trata as suas partículas.

While the specific subjectivist approach of the social sciences starts, as we have seen, from our knowledge of the inside of these social complexes, the knowledge of the individual attitudes which form the elements of their structure, the objectivism of the natural sciences tries to view them from the outside it treats social phenomena not as something of which the human mind is a part and the principles of whose organization we can reconstruct from the familiar parts, but as if they were objects directly perceived by us as wholes." (HAYEK, 1952, p. 53)

Afirma que todas as ciências naturais começam com uma classificação, e que no caso dos objetos físicos, eles são classificados por características permanentes e individualizam-se através de testes que podem ser controlados e objetivos. Já o objeto das ciências sociais, os seres humanos, não são autônomos. Eles pensam, possuem valores completamente diferentes um dos outros, objetivos variados e muitos fins. O homem possui o livre arbítrio de escolher entre diversas alternativas e suas ações não podem ser classificadas, medidas ou previstas. Ademais, seus valores, ideias, escolhas e até mesmo objetivos se modificam com o tempo, dependendo das condições sociais e temporais que em que eles se encontram. Ele afirma que "In fact, most of the objects of social or human action are not "objective facts" in the special narrow sense in which this term is used by the Sciences and contrasted to "opinions," and they cannot at all be defined in physical terms." (HAYEK, 1952, p. 26-27)

Além disso, também analisa os erros que podem ser encontrados na metodologia de autores que teorizaram ou apoiam o socialismo em sua forma moderna. Explica, assim como o texto de Mises (1995), a gênese das instituições sociais, tais como o mercado, o dinheiro, a linguagem, e os preços. Para Hayek (1985,1952) a sociedade é o resultado eminente, ou seja, não planejado, das escolhas humanas. Dizemos, então, que o seu texto é também uma crítica à sociedade de planejamento centralizado, que tenta criar instituições e contatos sociais de forma bastante artificial.

Também não devemos esquecer que o socialismo não é apenas a espécie mais importante de coletivismo ou de "planificação"; é também a doutrina que persuadiu inúmeras pessoas de tendências liberais a se submeterem mais uma vez ao rígido

controle da vida econômica que haviam abolido, pois, segundo Adam Smith, tal controle faz com que os governos, “para se manterem, sejam obrigados a tornar-se opressores e tirânicos”. (HAYEK, 2010, p. 56)

Em “*As Seis Lições*”, assim como Hayek, Ludwig von Mises também defende os princípios de liberdade econômica. Esta, para ele, só podem ser encontradas em sociedades de livre mercado, ou seja, em sociedades capitalistas, e significa “(...) que é dado às pessoas que a possuem o poder de escolher o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade.” (Mises, 2009 p. 27) Já um sistema socialista, para Mises, é por definição aquele que proíbe até mesmo as liberdades individuais. O autor, aliás, coloca a palavra “planejamento” como ponto chave para compreender a cerne deste. O objeto dos Estudos Históricos, os homens, é diferentes entre si, únicos e sempre serão. (Mises, 2009, p.37). São essas desigualdades que promoverão o progresso tecnológico, social e econômico.

## **Considerações finais**

Sabemos que as ideias centrais de Mises e Hayek foram muito pouco aceitas pela academia e pelos outros pensadores da época. Então, tendo consciência disso, o autor descreve e enfatiza a importância de alguns filósofos franceses que apesar de pouco conhecidos ou valorizados, compactuam com suas mesmas ideias filosóficas. A pesquisa concluiu que a Escola Austríaca de História oferece uma abordagem orientada para o subjetivismo, levando em consideração o espaço, tempo e o individualismo do ser humano, ou seja, as características racionais e emocionais. De acordo com isso a história das ideias permanecerá neste contexto teórico como uma fonte preferencial de pesquisa na medida em que oferecerá uma perspectiva para se compreender os valores morais que motivaram as ações humanas individuais e suas convergências formando as coletivas. Também fica visível a importância para ambos os autores analisados, Mises e Hayek, a importância de um Estado em que as liberdades individuais são amplamente defendidas e preservadas, levando em contra os seus sistemas e tipos de governo.

## **Referências**

HAYEK, F. A. **The Counter Revolution of Science**. Glencoe, Ill:Free Press, 1952.

HAYEK, F.A. **Direito, Legislação e Liberdade**. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, L. V. **Ação Humana**: um tratado de economia. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MISES, L. V. **Theory and History**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MISES, L.V. **As Seis Lições**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.